

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO REF.ª N.º 54_GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

TRANSESCOLAR, CV, LDA

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. Antão - Tel:
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.



CONTRATO REF.ª N.º 54_GPENAPOR_2022

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ENTRE:

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 200487264/120061222, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar;

Doravante identificada simplesmente por “Primeira Outorgante”

E

TRANSESCOLAR CV LDA – com sede social em Achada Santo António, Rua Di Nós, Cidade da Praia, Ilha de Santiago, detentora do Capital Social 20.000\$00 (vinte mil escudos), Pessoa coletiva, registada na Conservatória do Registo Comercial da Praia, sob nº 250911302/3570320170914, contribuinte N.º 250911302, legitimamente representada neste ato pelo seu Gerente, Sr. **Hugo Evandro Tavares Fernandes**, titular do NIF: 117023116, na qualidade de Gerente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar;

Doravante identificada simplesmente por “Segunda Outorgante”

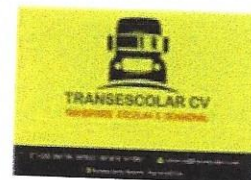
Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o Concurso Restrito (N.º 03_GPEnapor_2022) com vista a contratualização de uma empresa para a prestação de serviços de transporte dos colaboradores do Porto de Vale de Cavaleiros – Ilha Fogo. Tendo as 02 (duas) propostas apresentadas por empresas com sede na Ilha do Fogo sido excluídas.
- b) Na sequência por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o Concurso Público (N.º 04_GPEnapor_2022) com vista a contratualização de uma empresa para prestação dos supra citados serviços.
- c) O júri do procedimento deliberou, por unanimidade, no dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e dois, propor á adjudicação do contrato à proposta da empresa TRANSESCOLAR LDA, concluindo assim o Concurso Público N.º 04_GPEnapor_2022.
- d) A minuta do contrato de prestação de serviços foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

Entre os Outorgantes supra identificados e nas respectivas qualidades é de boa fé e livre vontade firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Prestação de Serviços que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª
(Objeto e Âmbito)

- 1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de transporte por parte da Segunda Outorgante aos colaboradores do Porto de Vale de Cavaleiros -Ilha Fogo, incluindo neste universo, os colaboradores afetos ao quadro e à estiva (mão obra portuária) da Primeira Outorgante, nos termos constantes dos Anexos I, II e III apensos ao presente contrato.
- 2. O objeto do presente contrato, é extensivo às atividades comemorativas, visitas de delegações ao porto e outras atividades pontuais definidas pela Primeira Outorgante.
- 3. O presente contrato integra, ainda, os seguintes elementos:



- a) Os esclarecimentos e as retificações aos documentos do procedimento;
 - b) o Caderno de Encargos;
 - c) a proposta adjudicada;
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 2ª
(Preço e Condições de Pagamento)

1. O valor global do contrato, correspondente à sua vigência de 02 (dois) anos é de **16.488.000\$00** (dezasseis mil e quatrocentos e oitenta e oito escudos), valor a ser acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. A Primeira Outorgante liquidará perante a Segunda Outorgante e mediante apresentação da fatura, **o montante mensal de 687.000,00** (seiscentos e oitenta e sete mil escudos), valor a ser acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
3. A faturação será emitida mensalmente, até ao dia 5 (cinco) do mês subsequente, mediante apresentação de um relatório do cumprimento dos itinerários e consequente aprovação pelos serviços da Primeira Outorgante.
4. O pagamento da fatura será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias após a data da sua receção.
5. Desde que devidamente emitida e observado o disposto na presente cláusula, a(s) fatura(s) serão pagas através de transferência bancária para a conta da Segunda Outorgante.
6. O não pagamento dos valores contestados não justifica a suspensão imediata dos serviços, devendo, no entanto, a Primeira Outorgante proceder ao pagamento da importância não contestada.
7. O não pagamento por mais de 60 (sessenta) dias leva à suspensão imediata dos serviços e ao pagamento de juros de mora à taxa legal em vigor.

Clausula 3ª
(Relatório de Execução Dos Serviços)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a manter registos completos e fiáveis dos serviços prestados ao abrigo do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante **obriga-se a entregar a fatura mensal acompanhada por um relatório de desenvolvimento dos serviços**, com os dados e outras informações pertinentes relacionadas ao objeto deste contrato.

Cláusula 4ª
(Garantias de meios logísticos)

1. Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, a Segunda Outorgante, garantirá a disponibilização dos seguintes meios;
 - 1.1. duas viaturas, sendo uma com a lotação de 15 (quinze) e a outra de 30 (trinta) lugares sentados, conforme o estabelecido no Anexo II;
 - 1.2. no caso de avarias a Segunda Outorgante compromete-se em efetuar a substituição imediata das viaturas mencionadas no ponto anterior.
2. A Segunda Outorgante compromete-se em disponibilizar um coordenador logístico que supervisiona e garante a segurança, bem como a auscultação de possíveis constrangimentos por parte dos colaboradores da Primeira Outorgante.
2. A Segunda Outorgante garante todo o conforto e segurança no transporte do Pessoal da Primeira Outorgante, disponibilizando motoristas treinados, capazes de oferecer e dar cumprimento às demandas da Primeira Outorgante.
3. A Segunda Outorgante compromete-se que todos os itinerários e horários que fazem parte do presente contrato e integrantes do Anexo I, serão escrupulosamente respeitados, de forma a não colocar em risco o transporte e consequente inviabilização das operações da Primeira Outorgante.
4. Deverá, da mesma forma, a Segunda Outorgante, fazer prova de validade das cartas de condução dos motoristas ao serviço da Segunda Outorgante, seguro obrigatório das viaturas, inspeção técnica-ITAC, imposto circulação etc.

5. Deverá, ainda, a Primeira Outorgante, informar à Segunda Outorgante, por escrito e sempre que se justificar, das alterações que possam ocorrer a nível dos horários e itinerários.
6. A Primeira Outorgante notificará, por escrito, à Segunda Outorgante, todas as reclamações que possam colocar em causa as garantias acima mencionadas, salvo os casos não imputáveis às viaturas ou aos Motoristas.
7. Face ao contexto pandémico da COVID-19, a Segunda Outorgante, garante disponibilização das viaturas adstritas ao serviço da Primeira Outorgante, em perfeitas condições higiénicas e sanitárias.

Cláusula 5ª
(Vigência)

1. O presente contrato tem início a 06 de dezembro de 2022 e vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos.
2. Por conveniência do serviço e mediante a avaliação do desempenho efetuado quanto à satisfação dos objetivos da Primeira Outorgante e, mediante acordo entre as partes, o presente contrato poderá ser renovado pelo período adicional de 1 (um) ano, até ao limite de 3 (três) anos, a contar do período de vigência inicial.
3. A Segunda Outorgante deverá assegurar que, na data prevista para o início do presente contrato, todas as condições efetivas e operacionais se encontram devidamente reunidas.
3. A denúncia do contrato, por qualquer das partes, deverá ser transmitida por carta registada com aviso de receção à outra com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias relativamente à data do termo inicial do contrato ou do termo da renovação em curso.

Cláusula 6.^a
(Código de Ética e Conduta)

A Segunda Outorgante deve ser a promotora de uma cultura de prestação de serviço alicerçada nas boas práticas e boa imagem profissional dos seus profissionais em cada veículo ao serviço da Primeira Outorgante.

Cláusula 7.^a
(Fardamento e Equipamento de Protecção Individual-EPI's)

1. A Segunda Outorgante deve garantir:
 - 1.1. Que todos os profissionais do efetivo estejam devidamente uniformizados e identificados;
 - 1.2. A utilização de uniformes e equipamentos de protecção individual dos seus colaboradores ao serviço da Primeira Outorgante;
2. É da responsabilidade da Segunda Outorgante o fornecimento dos uniformes e equipamentos de protecção individual (EPI's) necessários ao desenvolvimento integral das suas funções;
3. Os uniformes deverão ser distribuídos e utilizados de acordo com a necessidade de protecção relacionada com a atividade.

Clausula 8.^a
(Documentos)

Fazem parte deste contrato todos os documentos nele mencionados, nomeadamente o caderno de encargos, proposta técnica e financeira, bem como os anexos I, II, III, apresentadas pela Segunda Outorgante.

Cláusula 9.^a
(Notificações e Comunicações)

As Outorgantes efetuarão as notificações e/ou comunicações a que houver lugar no âmbito deste contrato por qualquer um dos seguintes meios:

**TRANSESCOLAR
LDA**

Telefone: (238) 3361186/9975337

Cidade da Praia

Correio eletrónico – hugofernandes253@gmail.com

ENAPOR S.A

Telefone: (238) 2609060

Correio registado – ENAPOR, SA – Av. Marginal, C.P. 82,
Mindelo, República de Cabo Verde

Correio

eletrónico: rita.barbosa@enapor.cv;

rolando.pina@enapor.cv eliseu.silva@enapor.cv

Clausula 10.^a
(Penalidades)

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante ou a terceiros por si contratados para a prestação dos serviços objeto do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nos termos legalmente estabelecidos.
2. A penalidade a aplicar consiste numa multa, e apenas se se verificar alguma das seguintes situações;
 - a) **Atrasos superiores a 15 minutos** que tenham originado gastos adicionais com o transporte dos colaboradores;
 - b) **Indisponibilidade ou inoperacionalidade da/s viatura/s para a prestação dos serviços que não tenham sido supridas imediatamente**, originando constrangimentos no transporte dos colaboradores;
 - c) **Incumprimentos dos requisitos legais exigíveis para a atividade de transporte regular de passageiros**, passível de originar atrasos e

outros constrangimentos no transporte dos colaboradores;

3. O valor da multa, é calculado da seguinte forma:

- i) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual;
- ii) A multa diária poderá sofrer um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
 - a) As multas previstas nos pontos i) e ii) do número 3), serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso;
 - b) Antes da aplicação de qualquer das penalidades a Segunda Outorgante será advertida, sendo-lhe garantido direito ao contraditório e à mais ampla defesa, através dos meios institucionais e legais disponíveis ao exercício pleno de tais garantias, devendo apresentar a sua defesa em 05 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da respetiva advertência escrita;

Cláusula 11.ª (Força Maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.

4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá comunicar à Primeira Outorgante quais as obrigações emergentes do presente contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.

Cláusula 12.ª
(Resolução pela Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e, ainda, nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na lei;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Segunda Outorgante;
- c) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de diretivas ou instruções transmitidas durante a execução do presente contrato;
- d) Oposição reiterada da Segunda Outorgante ao exercício dos poderes de fiscalização da Primeira Outorgante;
- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na lei;
- f) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais respeitantes ao presente contrato;
- g) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

Cláusula 13.^a
(Efeitos da resolução)

1. Em caso de resolução do presente contrato por parte da Primeira Outorgante por fato imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento da indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades/multas que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 14.^a
(Resolução pela Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante pode resolver o presente contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Primeira Outorgante;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros;
 - d) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante, quando se tornem contrária à boa-fé;
 - e) Incumprimento de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato pela Primeira Outorgante.
2. No caso previsto na alínea (a) do número 1, apenas haverá direito de resolução quando:
 - a) A resolução não implique grave prejuízo subjacente à relação jurídica contratual ou,
 - b) Caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira da Segunda Outorgante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último

caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3. O direito de resolução previsto na presente cláusula é exercido conforme o estabelecido na cláusula 18ª.
4. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a Primeira Outorgante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 15.ª

(Subcontratação e cessão da posição contratual pela Segunda Outorgante)

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual pela Segunda Outorgante dependem da autorização prévia da Primeira Outorgante, nos termos da lei.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá identificar quais as prestações contratuais que, em concreto, pretende subcontratar ou ceder, o subcontratado ou cessionário em causa, bem como deverá instruir a sua proposta com a documentação referida os termos da lei.
3. A Primeira Outorgante poderá, a todo o tempo, requerer a substituição de qualquer subcontratado, se:
 - a) No seu entender, tal subcontratado não se mostrar qualificado para cumprir as obrigações subcontratadas;
 - b) Tomar conhecimento de violação, pelo subcontratado, de quaisquer obrigações decorrentes do contrato ou de qualquer legislação ou regulamentação que lhe seja aplicável.
4. Caso a Primeira Outorgante requeira a substituição do subcontratado, nos termos do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da receção da comunicação da Primeira Outorgante, proceder à identificação do novo subcontratado e à apresentação dos documentos referidos nos termos da lei.
5. A autorização da nova subcontratação referida no número anterior obedecerá ao legalmente previsto.

6. Em caso de subcontratação, a Segunda Outorgante manter-se-á como garante e única responsável perante a Primeira Outorgante pela execução das obrigações contratuais assumidas.

Cláusula 16.^a
(Cessão da posição contratual pela Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante poderá ceder a sua posição contratual a qualquer momento, sem necessidade de acordo da Segunda Outorgante.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante poderá opor-se à cessão da posição contratual pela Primeira Outorgante apenas em caso de fundado receio de que a cedência envolva um aumento do risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias da Segunda Outorgante.

Cláusula 17.^a
(Prevalência)

Em caso de divergência, o texto do presente contrato prevalecerá sobre a proposta apresentada pela Segunda Outorgante.

Cláusula 18.^a
(Resolução de Diferendos)

1. Os diferendos decorrentes da execução, interpretação e aplicação das regras contratuais serão submetidos a uma tentativa de conciliação, a realizar entre os representantes expressamente designados para o efeito pelas partes, no prazo de 10 (dez) dias, seguidos, contados da respetiva solicitação.
2. Frustrada a conciliação, para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de São Vicente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pelas disposições do Código Civil vigente e demais legislação cabo-verdiana aplicável.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

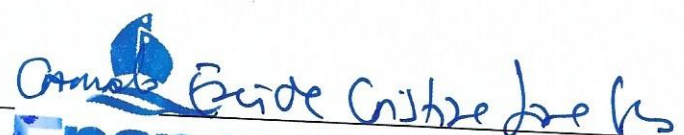

Este contrato, constituído por 18 (dezoito) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrantes os **Anexos I, II e III** identificados e, que são rubricados pelas partes.

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 30º dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante


ENAPOR, SA



Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho  Dra. Eneida Cristina Lima Gomes
Presidente do Conselho de Administração Administradora Executiva

A Segunda Outorgante

TRANSESCOLAR, LDA


NIF: 250911302
Tel: 007 33 37

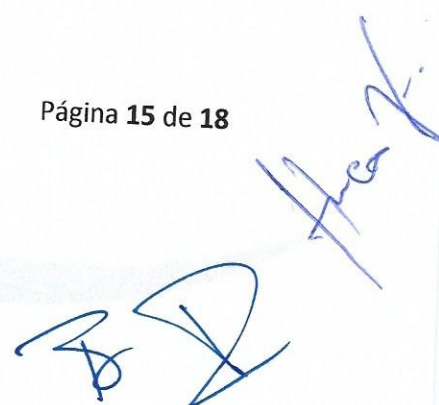
Sr. Hugo Evandro Tavares Fernandes

Gerente

ANEXO I
(Colaboradores do Quadro)

Segunda a Sexta Feira

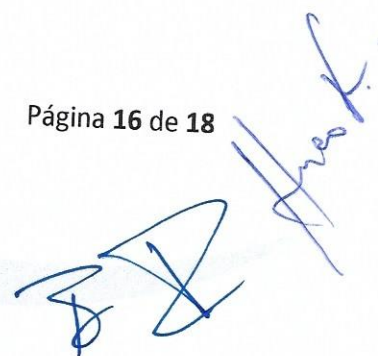
Horário Normal
Hiace
07:30 h
Congresso - Perto Parque
Lém de Cima - Perto Antigo chafariz
Achada S.Filipe - Perto Hospital São Francisco
Achada S.Filipe - Perto Centro Cultural
Cobom - Em Frente Praça
Xaguate baixo -Frente CIC
Porto Vale Cavaleiros
16:05 h
Porto Vale Cavaleiros
Xaguate baixo -Frente CIC
Achada S.Filipe - Perto Centro Cultural
Achada S.Filipe - Perto Hospital São Francisco
Lém de Cima - Perto Antigo chafariz
Cobom - Em Frente Praça
Congresso - Perto Parque



(Turnos)

Segunda a Domingo incluindo Feriados

Turnos (Agentes Exploração, Operadores Máquina, Amarradores, Eventuais)	
Hiace	
06:30 h/14:00 h	
Congresso - Perto Parque	
Terra Branca - Perto Escola	
Escola Materna-Cruz Paços	
Achada S.Filipe - Perto Centro Cultural	
Posto Enacol	
Xaguate baixo -Frente CIC	
Porto Vale Cavaleiros	
14:35 h/22:05 h	
Porto Vale Cavaleiros	
Terra Branca - Perto Escola	
Escola Materna-Cruz Paços	
Achada S.Filipe - Perto Centro Cultural	
Posto Enacol	
Xaguate baixo -Frente CIC	
Congresso - Perto Parque	



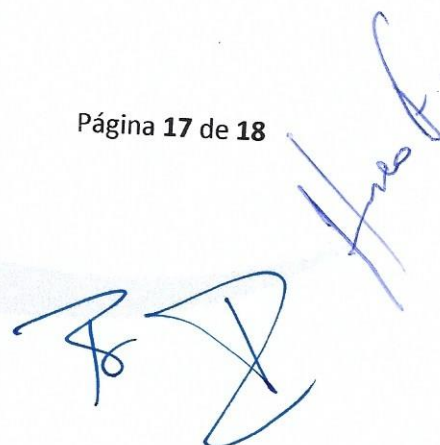
(Estiva -Mão Obra Portuária)
Segunda a Domingo incluindo Feriados

Estiva (Mão Obra Portuária)	
Coaster	
06:30 h (A)	
Escola Materna-Cruz Paços	
Lêm Meio-Lado Esquarda de Polícia	
Beltches	
Congresso-Pensão Aníbal	
Columbia - Escola EBI	
Cobom - Escada Bica	
Cobom - Junto Chafariz	
Cobom - Frente Enacol	
Porto Vale Cavaleiros	
19:05 h (B)	
Porto Vale Cavaleiros	
Cobom - Frente Enacol	
Cobom - Junto Chafariz	
Cobom - Escada Bica	
Columbia - Escola EBI	
Congresso-Pensão Aníbal	
Beltches	
Lêm Meio-Lado Esquarda de Polícia	
Escola Materna-Cruz Paços	

(A) Deverá disponibilizar os meios necessários para assegurar o transporte do pessoal da Estiva para o Porto, em casos de alterações programação, outros casos pontuais mediante comunicação atempada da ENAPOR

(B) Deverá disponibilizar os meios necessários para assegurar o transporte do pessoal da Estiva para Cidade, ao final das operações, mediante comunicação atempada da ENAPOR

ANEXO II



(Viaturas)

	Viaturas	
	Coaster 30 lugares	Hiace 15 lugares
Horário Normal		1
Turnos		
Estiva (Mão Obra Portuaria)	1	

ANEXO III

(Níveis de Serviços)

	Indicadores	Frequência de medição
Pontualidade	Nº de atrasos (superiores a xx minutos) /mês	Mensal
Limpeza, Manutenção das viaturas	Nº de reclamações registadas /mês	Mensal
Conforto, Comodidade das viaturas	Nº de reclamações registadas /mês	Mensal
Cumprimento dos requisitos legais	Nº de incidentes/acidentes / trimestre	Trimestral
Operacionalidade da viatura	Nº de avarias que afetaram a prestação dos serviços/mês	Mensal
Prestabilidade e disponibilidade	Tempo de respostas para solicitações não rotineiras	Trimestral